

16 • Público • Terça-feira, 13 de Dezembro de 2016

ECONOMIA

Novo acordo no petróleo suporta preço acima dos 50 dólares

Corte na oferta acordado entre a OPEP e os produtores de fora do cartel petrolífero já está a ter impacto na cotação do crude. Mas há quem duvide de que todos os países vão respeitá-lo

Energia
Ana Brito
e João Pedro Pereira

No sábado, dia em que o presidente da Exxon Mobil surgiu na calha como o novo secretário de Estado da Administração Trump, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) anunciou um acordo – o primeiro em 15 anos – com outros produtores para cortar a oferta. Desta solução, que uniu a Rússia, o Azerbaijão ou o México, mas deixou de fora grandes produtores como os Estados Unidos, o Canadá ou o Brasil, saiu o compromisso de reduzir a produção diária em perto de 558 mil barris (dos quais, cerca de 300 mil vêm da Rússia).

A somar ao corte de 1,2 milhões barris diários anunciado pela OPEP no final de Novembro (mais de 400 mil vindos da Arábia Saudita), países membros do cartel e não membros comprometem-se a reduzir a oferta global em 1,8 milhões a partir de Janeiro, durante seis meses, numa tentativa de secar o excesso de reservas no mercado e suportar o preço do barril de crude, num valor "acima dos 60 dólares ou mesmo próximo dos 70 dólares", segundo a Bloomberg.

Ontem, depois de ter estado a negociar perto dos 58 dólares – atingindo máximos de Julho de 2015 –, o barril de Brent, que serve de referência às exportações portuguesas, fechou nos 55,99 dólares. Desde 30 de Novembro, quando foi anunciada a decisão de corte da OPEP, a cotação tem-se mantido acima dos 50 dólares. Isto depois de dois anos de quedas continuadas, que levaram os preços abaixo dos 30 dólares.

Donald Trump, que chega à presidência dos Estados Unidos com a promessa de dar uma nova dinâmica à indústria energética norte-americana, ainda não confirmou se o presidente da gigante petrolífera texana (de quem se diz ter boas rela-

ções com a Rússia) vai ser o seu novo secretário de Estado. Mas o acordo histórico já pode ser lido como "uma reacção de defesa" dos restantes produtores "à grande ameaça" dos produtores norte-americanos não convencionais (essencialmente petróleo de xisto), disse ao PÚBLICO o advogado e especialista em temas energéticos Agostinho Pereira de Miranda.

Um acordo com incógnitas

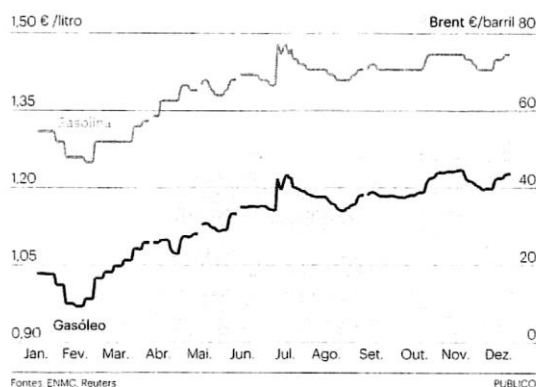
Porém, este acordo, que muitos analistas consideram revelar um grau de coordenação inédito entre países OPEP e não OPEP – e que veio atribuir à Rússia um novo protagonismo na questão petrolífera – surge com muitas incógnitas à cabeça. A primeira é se será efectivamente cumprido ou se os signatários vão fazer batota, como tem acontecido, por exemplo, com as quotas de produção.

"Historicamente", diz o advogado da Miranda & Associados, a taxa de cumprimento dos objectivos no seio da OPEP anda "entre 50% e 80%" e fora da OPEP "é ainda menor". Ainda mais, a organização "não tem mecanismos sancionatórios" que possam penalizar eventuais deslizamentos, como recordou o advogado Rui Mayer, sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira.

Em declarações ao PÚBLICO a partir de Luanda, o responsável pela área de Oil, Gas & Mining da Cuatrecasas disse esperar que, para Angola, os efeitos do acordo "sejam positivos". A expectativa é a de que "o preço mais alto possa compensar a menor quantidade de produção no mercado", adiantou. Mas a subida de preços, que é o grande objectivo deste acordo, tem um reverso da medalha: os preços mais altos também viabilizam os projectos norte-americanos do petróleo de xisto, que "são operações muito elásticas, em que os poços podem ser abertos ou fechados com grande flexibilidade, sem investimentos muito elevados", lembrou Rui Mayer.



Os combustíveis e o petróleo



Fontes: ENMC, Reuters

PÚBLICO

Poderá o acordo evoluir para o tal "mecanismo de fixação de preços" que países-membros como o Irão e a Venezuela já reclamaram que seja introduzido no próximo ano? É possível tentar, mas hoje "o fixador de preços do mercado já deixou de ser a OPEP" e passaram a ser os custos dos produtores norte-americanos, cujos projectos são viáveis a partir dos 55 dólares, nota Agostinho de Miranda. Independentemente do nível a que os preços do crude possam chegar no próximo ano, o advogado não tem dúvidas de que "os consumidores portugueses vão descobrir antes de Janeiro os efeitos do acordo", por via da subida das cotações dos refinados de petróleo, que influenciam o preço em bomba.

O petróleo é apenas um dos componentes na formação do preço dos

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	PÚBLICO			
Nº PAG.	16 / 17	DATA	13 dezembro 2016	

Público • Terça-feira, 13 de Dezembro de 2016 • 17

Rússia ganha novo protagonismo na questão petrolífera com assinatura de acordo histórico

CARLOS JASSOINREUTERS

litro de gasóleo. Esta é a segunda maior componente do preço dos combustíveis, apenas ultrapassada pela soma do ISP e de outros impostos: 67 centimos no caso da gasolina e 45 no do gasóleo.

Este ano, o valor do ISP começou a subir ou descer consoante a evolução do preço dos combustíveis e o consequente montante de IVA que é arrecadado pelo Estado. Para uma descida do imposto, é necessário que o preço dos combustíveis suba. Se os preços descerem, o imposto deverá subir, de forma a garantir receita fiscal.

Preços nas bombas a subir

Em Fevereiro, e numa medida polémica que levou a protestos por parte dos profissionais do sector, o imposto sofreu um agravamento de seis centimos, precisamente para compensar os preços baixos em resultado do valor reduzido da cotação internacional do crude. Desde então, o Governo tem revisto trimestralmente o imposto, embora nem todas as revisões se tenham traduzido em mexidas no valor.

Em Maio, na primeira revisão, o imposto desceu um centimo, tanto para a gasolina como para o gasóleo. A revisão de Agosto manteve este valor inalterado nos cinco centimos. Já em Novembro, o ISP aplicado ao gasóleo foi cortado em um centimo, ao passo que o da gasolina se manteve.

Na fórmula usada pelo Governo, por cada variação de 4,5 centimos no preço dos combustíveis, o imposto sobe ou desce um centimo no sentido contrário. O ajuste é feito tendo em conta os preços de referência à data da revisão, que são comparados com os preços de Janeiro, antes do aumento de seis centimos. Os preços de referência são publicados diariamente e excluem alguns factores, como a margem de lucro das bombas, pelo que são inferiores aos preços de venda.

Desde o início do ano, a tendência do preço nas bombas tem sido de subida. Os valores médios em Janeiro eram de 1,29 euros na gasolina e de 1,01 euros no gasóleo, segundo os números da ENMC. Em Novembro, estes valores eram de 1,44 euros e 1,21 euros.

ana.brito@publico.pt
joao.pedro.pereira@publico.pt

“

A taxa de cumprimento dos objectivos na OPEP anda “entre 50% e 80%

Agostinho de Miranda
Advogado

Dois motivos para a economia portuguesa temer a subida de preços

Sérgio Anibal

Estava-se em Maio de 2014, a *troika* tinha acabado de sair do país e Portugal precisava urgentemente de boas notícias para garantir que, nos mercados, o acesso ao financiamento não ficava comprometido. Nessa altura, o petróleo deu uma ajuda preciosa, com uma descida abrupta dos preços no mercado internacional, que entre o início de 2011 e meados de 2014 tinham estado persistentemente acima da barreira dos 100 dólares por barril. Mas agora, ao fim de mais de dois anos de preços perto dos 50 dólares, Portugal corre o risco de sofrer o efeito inverso.

O acordo assinado entre alguns dos principais produtores de petróleo mundiais tem o potencial para fazer subir os preços do petróleo para valores acima dos registados em 2015 e 2016 e pode conduzir a uma série de impactos maioritariamente negativos para a evolução da economia portuguesa. Os estudos realizados apontam para uma mesma conclusão. Uma análise publicada pelo Banco de Portugal em 2013 estimava que um aumento do preço de petróleo de cerca de 13% tinha um efeito de diminuição do nível do PIB português de 0,7 pontos percentuais no prazo de cinco anos. E já no Orça-

mento do Estado para 2017 o actual Governo estima que, se se vier a registar um preço do petróleo superior em 20% ao previsto, o crescimento da economia no próximo ano sairá prejudicado em cerca de 0,2 pontos percentuais. No documento, o executivo prevê que, no próximo ano, o preço do petróleo (Brent) se situe em média nos 51,3 dólares por barril. Actualmente, o valor praticado no mercado encontra-se já acima.

Na actual conjuntura, há dois tipos de razões para que se verifique esta relação entre o preço do petróleo e o desempenho da economia. A primeira está relacionada com o efeito directo que um agravamento dos preços tem no consumo, investimento e exportações. Do lado das famílias, o orçamento fica mais apertado e a consequência é consumir menos bens. Nas empresas, a lógica

é semelhante, já que o aumento dos custos e a redução das expectativas de vendas pode provocar uma retracção do investimento. Nas exportações, as contas são um pouco mais complexas. Os países da zona euro – que constituem a maioria dos clientes das exportações portuguesas – tenderão a consumir menos, uma vez que também sofrem com a subida de preços, já que não são produtores. No entanto, outros clientes, como Angola, podem beneficiar com a subida dos preços do petróleo.

O segundo efeito sobre a economia é indirecto e está relacionado com aquilo que uma subida dos preços do petróleo pode significar para a condução da política monetária na Europa e noutros pontos do globo. Se o sector energético começasse a puxar pelos preços de outros bens e contribuisse para uma subida da inflação, representaria um incentivo aos bancos centrais para, mais rapidamente, retirarem os estímulos monetários que estão a oferecer à economia. Para Portugal, a manutenção pelo mais longo tempo possível de uma política monetária expansionista por parte do BCE é crucial, tendo em conta o elevado nível de endividamento, tanto do Estado, como das empresas e das famílias.

Há ainda outros indicadores que serão influenciados pelas potenciais mudanças nos preços. A balança externa do país seria prejudicada por uma subida acentuada de preços, uma vez que o país tem de importar todo o petróleo que consome (e que também exporta depois de refinado).

As finanças públicas podem sentir efeitos contraditórios. Por um lado, há o efeito negativo sobre a receita fiscal do abrandamento da economia e o aumento de custos suportados pelo Estado. Do outro, o efeito positivo de uma maior receita de IVA no consumo de combustíveis. No OE, o Governo estima que um preço 20% acima do previsto em 2017 tenha um efeito nulo no défice público.

sergio.anibal@publico.pt



55,99

A cotação do barril de Brent, que serve de referência às exportações portuguesas, fechou ontem nos 55,99 dólares

combustíveis. Há ainda os custos de transporte e armazenamento, os impostos e taxas – entre os quais, o IVA e o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – e a margem de lucro de quem comercializa.

Segundo dados da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, cuja extinção já foi decidida, a cotação internacional do crude e o frete custavam, nas últimas semanas de Novembro, 34 centimos por litro de gasolina e 35 centimos por



No OE de 2017, estima-se que o preço do Brent ronde os 51,3 dólares